

POLÍTICAS DE MUSEUS DO GOVERNO LULA DA SILVA

Archimedes Ribas Amazonas¹

Resumo: O artigo mostra as políticas do Governo Lula da Silva para o setor museológico a partir de um histórico sobre os museus e o patrimônio. Apresenta a Política Nacional de Museus (PNM) com seus sete eixos programáticos; o lançamento do Sistema Brasileiro de Museus (SBM); o surgimento de novos cursos de museologia; a elaboração de uma legislação específica para o setor de museus com a criação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM); e as formas de financiamento para os museus.

Palavras-chave: museus, políticas culturais, governo lula da silva

A partir do histórico sobre o patrimônio cultural e mais particularmente, sobre os museus, apresentamos a política de museus nos dois períodos do governo Lula da Silva (2003/2006) e (2007/2010). Com o ministro Gilberto Gil à frente do Ministério da Cultura (MinC), desde os primeiros momentos observamos uma mudança na maneira de ver o setor museológico, com o reconhecimento da importância dos museus na elaboração e execução de uma política cultural ampla e democrática. Juca Ferreira, então secretário executivo do ministério, seu sucessor no MinC, deu continuidade a essas políticas. Cabe destacar que nos dois mandatos, o antropólogo José Nascimento Jr. esteve à frente das políticas de museus, inicialmente no Departamento de Museus e Centros Culturais, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DEMU/IPHAN) e posteriormente, presidindo o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM).

Apresentaremos as ações iniciadas com o lançamento da Política Nacional de Museus, em maio de 2003, visando a organização e estruturação do setor; a posterior criação do Sistema Brasileiro de Museus, em novembro de 2004, buscando articular as instituições das três esferas de poder; a elaboração de uma legislação específica para as instituições museológicas e a criação do IBRAM, a partir do DEMU/IPHAN; as formas de financiamento do setor, com destaque para o lançamento de diversos editais; e por fim, o surgimento de novos cursos de graduação e pós-graduação em museologia.

¹ Graduado em Museologia pela Universidade Federal da Bahia (FFCH/UFBA). Mestre em Cultura e Sociedade (FACOM/UFBA). Professor Assistente da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (CAHL/UFRB). archieufrb@gmail.com



Histórico

Ao final do século XIX, o Brasil já possuía alguns museus, sendo os principais: o Museu Nacional do Rio de Janeiro, o Museu Paulista e O Museu Emílio Goeldi, em Belém-PA. Eram instituições voltadas às Ciências Naturais, nos moldes dos museus etnográficos europeus (LOPES, 1997). Esse quadro só foi alterado com a criação do Museu Histórico Nacional (MHN), em 1922. O MHN surgiu como um museu dedicado à história e à pátria, capaz de formular uma representação da nacionalidade. Foi o espaço de legitimação e veiculação da história oficial, através de acervos oriundos das elites nacionais (JULIÃO, 2006).

Durante a Era Vargas (1930-1945) – período que é considerado por vários especialistas como o marco inicial das políticas públicas de cultura no Brasil (RUBIM, 2007) – seguindo as diretrizes do MHN, outros museus surgiram com uma museologia associada a uma memória nacional, como mecanismo de integração e coesão social, onde não havia espaço para conflitos e diferenças (JULIÃO, 2006).

A criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, em 1930, no qual Gustavo Capanema atuou como titular de 1934 até 1945 e a criação do SPHAN, liderado por Rodrigo de Melo Franco de Andrade, de 1937 até os anos 60, foram marcos no processo de institucionalização de uma política voltada para o patrimônio cultural no Brasil. O SPHAN foi responsável pelo surgimento de outras instituições museológicas nesse período. Durante o Estado Novo, outras instituições ligadas à educação e cultura foram criadas (JULIÃO, 2006; RUBIM, 2007). Representavam o ideal de construção de uma identidade e cultura nacional, elaborada pelos intelectuais modernistas na década de 20, valorizando a cultura popular mestiça como símbolo nacional (BARBALHO, 2007).

A atuação de Mário de Andrade foi decisiva na criação do SPHAN. Em 1936, ele foi convidado pelo ministro Capanema a elaborar o anteprojeto da instituição. A proposta foi inovadora em termos conceituais, ao considerar como patrimônio, não apenas os objetos do universo simbólico das elites, mas também a arte popular e as manifestações imateriais da nossa cultura. Vendo os museus como espaços de preservação da cultura popular e de destacada função educativa, propôs a criação de quatro grandes museus referenciados nos quatro livros de tombo a serem adotados. Entretanto, o Decreto-Lei nº 25/37, de criação do SPHAN, não contemplou essa visão ampla de patrimônio cultural. O conceito utilizado foi mais restritivo, de uma cultura

hierarquizada e associada às elites, baseado em critérios estéticos dos bens culturais (JULIÃO, 2006; FELISMINO, 2008). Apesar disso, a criação do SPHAN e a implantação de uma política para o patrimônio tornaram o novo órgão referencial para as políticas de cultura no Brasil e no exterior (RUBIM, 2007).

As ações do SPHAN no campo museológico foram importantes. São exemplos dessas iniciativas: as restrições à saída de acervos do país e a implementação de uma política de criação de museus nacionais. Foram criados o Museu Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro, em 1937; o Museu da Inconfidência, em Ouro Preto-MG, em 1938 e o Museu das Missões, em São Miguel das Missões-RS, em 1940. No entanto, os objetos e exposições continuaram a representar as elites, distantes, portanto, da visão inclusiva de Mário de Andrade (JULIÃO, 2006).

No período seguinte a Era Vargas, de 1945 até 1964, as políticas culturais foram incipientes, inclusive para o setor museológico.

Em novo período ditatorial, de 1964 até 1985, voltaram a ser praticadas. Nesse intervalo ocorreu um movimento em direção à midiaticização da cultura. Alguns intelectuais que apoiavam o governo no âmbito do recém criado Conselho Federal de Cultura (CFC), em 1966, se mostraram preocupados com o impacto dessas mídias nas culturas populares (RUBIM, 2007; BARBALHO, 2008). O CFC tinha como uma de suas funções, cooperar na defesa do patrimônio histórico e artístico nacional. Realizou convênios com os Institutos Históricos e Geográficos para preservação de acervos documentais e bibliográficos (CALABRE, 2008).

Surgiram críticas à atuação do SPHAN, distante dos debates e das inovações no campo das políticas culturais. Em 1967, com a saída de Rodrigo Melo Franco de Andrade, o seu substituto, Renato Soeiro, não realizou mudanças significativas. No entanto, havia uma necessidade de adequação do órgão às novas orientações, relativas à preservação e à utilização dos bens culturais, definidas por encontros e organismos da Unesco.

No campo museológico, as principais diretrizes foram dadas pela IX Conferência do ICOM, em 1971, realizada em Paris, e pela Mesa Redonda de Santiago do Chile, em 1972, organizada pela Unesco. Na primeira, houve a orientação que o museu deveria estar a serviço do homem e na segunda, que o museu deveria se aproximar das comunidades e dos povos priorizando a função social da instituição.

Uma iniciativa relevante desse período foi a criação, em 1975, do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC). Coordenado por Aloísio Magalhães, o CNRC foi responsável pela renovação conceitual do que deveria ser preservado. Seguindo uma tendência internacional, ampliou a noção de patrimônio e adotou o conceito de bem cultural, os quais passaram a ser considerados como elementos capazes de contribuir para o desenvolvimento nacional (JULIÃO, 2006; CALABRE, 2007).

A partir de 1979, Aloísio Magalhães assumiu a direção do IPHAN – foi transformado em instituto – e foi criada nesse mesmo ano a Fundação Pró-Memória. Ele defendia para o órgão as concepções amplas que Mário de Andrade tinha do que é patrimônio. Essa visão mais pluralista da diversidade cultural brasileira e de suas manifestações tem como destaque o tombamento, em 1984, do Terreiro da Casa Branca, em Salvador, Bahia.

Após o término da ditadura, com as reivindicações dos secretários estaduais de cultura e de setores artísticos e intelectuais, foi criado o Ministério da Cultura. Até se consolidar, o novo ministério passou por momentos contraditórios. Foram cinco ministros no governo Sarney, dois no governo Collor de Melo e três no período Itamar Franco (RUBIM, 2007).

As ações para o setor museológico foram praticamente nulas nesses períodos, não obstante a grande expansão do número de museus nas décadas de 80 e 90. As reuniões da UNESCO e, simultaneamente, a distensão política – onde vários grupos étnicos e minorias sociais passaram a ser vistos como produtores de cultura e agentes de seu próprio desenvolvimento – foram decisivas para que isso ocorresse.

Política Nacional de Museus (PNM)

Logo no início do governo Lula da Silva foi lançada a Política Nacional de Museus pelo Ministério da Cultura (MinC), em maio de 2003, com a participação de diversas entidades vinculadas à museologia e as secretarias estaduais e municipais de cultura. A implantação da Política Nacional de Museus (PNM) esteve a cargo do recém criado Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU) do IPHAN, e recentemente, do IBRAM (Instituto Brasileiro de Museus).

Alguns princípios norteiam as ações da PNM, tais como: a) estabelecimento e consolidação de políticas públicas para os campos do patrimônio cultural e dos museus;

b) valorização do patrimônio cultural sob a guarda dos museus; c) desenvolvimento de práticas e políticas educacionais orientadas pela diversidade cultural do povo brasileiro; d) reconhecimento e garantia dos direitos de participação das comunidades, nos processos de registro e de definição do patrimônio a ser musealizado; e) estímulo e apoio à participação de museus de várias tipologias, f) incentivo a programas e ações que dêem sustentabilidade à preservação do patrimônio cultural submetido a processo de musealização e g) respeito ao patrimônio cultural das comunidades indígenas e afro descendentes, de acordo com as suas especificidades.

A PNM conta com sete eixos programáticos capazes de orientar e estimular a realização de projetos e ações museológicas, são eles: 1) a gestão e configuração do campo museológico, com destaque para a implementação do Sistema Brasileiro de Museus e incentivo à criação de sistemas estaduais e municipais de museus e outras instituições de memória, e a criação do Cadastro Nacional de Museus; 2) a democratização e acesso aos bens culturais; 3) a formação e capacitação de recursos humanos com a criação de um programa de formação e capacitação de recursos humanos em museus e museologia; 4) informatização de museus; 5) a modernização de infra-estruturas museológicas com a realização de obras de manutenção e adaptação de imóveis que guardam acervos museológicos, bem como a execução de projetos de modernização das reservas técnicas e de laboratórios de restauração e conservação; 6) o financiamento e fomento para museus e 7) a aquisição e gerenciamento de acervos culturais.

No início do primeiro governo Lula, alguns eixos avançaram mais que os outros, um exemplo foi o eixo 3 de Formação e Capacitação de Recursos Humanos, realizado na Bahia, sob a coordenação da professora Maria Célia Teixeira Moura Santos. Como resultado foi criado o Programa Nacional de Formação e Capacitação de Recursos Humanos, tendo como objetivos a ampliação da oferta de cursos de graduação e pós-graduação em Museologia; o desenvolvimento de cursos técnicos, cursos de extensão e oficinas nas várias de atividades dos museus; e apoio na realização e divulgação de encontros, seminários e fóruns de discussão do setor.

O surgimento de vários cursos de graduação e pós-graduação em Museologia, no período 2003/2010, foi bastante revelador da importância adquirida pelo setor nos dois governos Lula da Silva. Anteriormente, existiam apenas dois cursos de graduação em universidades públicas – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e

Universidade Federal da Bahia (UFBA) – e um curso em universidade privada – Centro Universitário Barriga Verde (UNIBAVE-SC). Atualmente existem cursos de Museologia em diversas universidades federais, como por exemplo: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Universidade Federal de Pelotas (UFPel/RS), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Sergipe (UFS), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP/MG), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Universidade Federal do Pará (UFPA). Foi criado o Mestrado em Museologia na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), além de vários grupos de pesquisa em outras universidades, tendo os museus como tema principal das pesquisas.

No decorrer dos anos subseqüentes os outros eixos foram sendo executados, inclusive durante o segundo mandato do Presidente Lula da Silva. Destacamos que a PNM se consolidou e se tornou uma realidade.

Parte significativa das ações da PNM é fortemente dependente de recursos e investimentos públicos – renúncia fiscal, investimentos diretos, editais – ou privados – doações e editais. Em 2003 e 2004, houve um incremento dos aportes financeiros aos projetos dos museus com a ampliação dos recursos orçamentários junto ao Congresso Nacional e também a partir do lançamento de editais específicos articulados com empresas estatais.

A principal fonte de recursos para a área museológica no orçamento do Ministério da Cultura é o Programa Museu, Memória e Cidadania, que conta ainda com os recursos do Fundo Nacional da Cultura (FNC), das leis de incentivo fiscal, da parceria com o Programa Monumenta e com os investimentos das empresas estatais sensíveis às questões culturais e finalmente, com orçamentos próprios dos órgãos e entidades ligadas diretamente ao setor museológico. Isto tem possibilitado a realização de importantes programas, tais como a aquisição de equipamentos, a reformulação de exposições, a elaboração de projetos museológicos e museográficos e a melhoria de instalações prediais, sendo um instrumento fundamental para a Política Nacional de Museus.

Sistema Brasileiro de Museus (SBM)

A Política Nacional de Museus preparou o lançamento do Sistema Brasileiro de Museus (SBM). Era uma antiga reivindicação da área museológica, sendo instituído em 5 de novembro de 2004, com a publicação do Decreto no 5.264. Sua orientação fica a cargo de um Comitê Gestor, cuja finalidade é propor diretrizes políticas e ações concretas, além de apoiar e acompanhar o desenvolvimento do setor museológico brasileiro. O Comitê Gestor é composto por representantes do setor governamental e da sociedade civil atuantes no setor museológico e coordenado pelo Ministro de Estado da Cultura.

A principal característica do Sistema Brasileiro de Museus é o seu papel de articulador dos museus brasileiros, sejam eles federais, estaduais, municipais ou privados; de qualquer porte e tipologia. Esse papel de articulação exige que o SBM desenvolva um trabalho em rede de intensa capilaridade e de valorização de intercâmbios e parcerias horizontais entre o poder público e a sociedade civil. Pode ser considerado um marco das políticas públicas para o setor museológico.

A adesão ao SBM ocorre através de Termo de Adesão realizado entre a instituição e o MinC. Podem ser instituições museológicas, sistemas de museus estaduais e municipais, universidades que possuam cursos da área museológica ou entidades organizadas vinculadas ao setor. O papel do SBM tem sido decisivo na criação de diversos sistemas regionais de museus em todo o país. Outra atribuição do SBM é propor a criação de instrumentos legais que contribuam para uma melhor gestão dos museus brasileiros.

Legislação

A legislação para o setor foi elaborada a partir da instituição do Sistema Brasileiro de Museus, em 2004; com a exigência de Plano Museológico para os museus do IPHAN, em 2006; com a regulação das relações entre as Unidades Especiais, Museus Regionais e Centros Culturais vinculados ao IPHAN e as suas Associações de Amigos, em 2007; com a criação do Estatuto dos Museus, e finalmente, com a criação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), em 2009.

O SBM, além das funções e características acima descritas, contém outras determinações, tais como: as instituições museológicas dos órgãos vinculados ao MinC passaram a integrar o SBM; contribuir para a implementação, manutenção e atualização

de um Cadastro Nacional de Museus; e propor medidas para a política de segurança e proteção de acervos, instalações e edificações; entre outras.

A Portaria Normativa nº 1, de 5 de julho de 2006 (DOU de 11/07/2006), considerando a necessidade de organização da gestão dos museus do IPHAN, resolveu instituir a obrigatoriedade de Planos Museológicos para os museus do IPHAN como ferramenta básica de planejamento estratégico. O Plano Museológico estabelece a missão e os diversos programas da instituição, as suas diretrizes de funcionamento e as orientações para o desenvolvimento de projetos e atividades específicos. O Plano Museológico deve ser constantemente avaliado e revisado, em sintonia com a PNM.

A regulação das relações entre as Unidades Especiais, Museus Regionais e Centros Culturais vinculados ao Iphan e as suas Associações de Amigos, se deu através da Portaria Normativa nº 1, de 12 de janeiro de 2007, a partir da necessidade de definir critérios que orientem as relações entre os mesmos. As Associações de Amigos podem ser representantes da comunidade local que, dentre outras funções, apoiem os museus na promoção de várias atividades, mobilizando a comunidade e captando recursos. Alguns requisitos mínimos ficaram estabelecidos, como por exemplo: ter como finalidade exclusiva, o apoio, a manutenção e o incentivo às atividades da Unidade Museológica a que se relacionem; constar no seu estatuto a realização periódica de eleição dos membros; e serem registradas junto ao DEMU/IPHAN. A Portaria dispõe ainda, sobre a utilização dos espaços das Unidades Museológicas destinados à prestação de serviços e/ou comercialização de produtos.

O Estatuto de Museus foi instituído através da Lei nº 11904, de 14 de janeiro de 2009. Em seu artigo 1º, ficou definido o que é considerado ‘museu’, para os efeitos da lei². Ficaram estabelecidos os princípios fundamentais dos museus: a promoção da cidadania; o cumprimento da função social; a universalidade do acesso; e o respeito e a valorização à diversidade cultural, entre outros. A lei destaca a importância do

² Art. 1º Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.

Parágrafo único. Enquadrar-se-ão nesta Lei as instituições e os processos museológicos voltados para o trabalho com o patrimônio cultural e o território visando ao desenvolvimento cultural e socioeconômico e à participação das comunidades.

Regimento e das Áreas Básicas dos Museus, tais como: as de Preservação, de Conservação, de Restauração e de Segurança; de Pesquisa e de Ação Educativa; de Acervo dos Museus; e de uso das Imagens e Reproduções dos Bens Culturais dos Museus, entre outras. Faz referência ao Plano Museológico, ao Sistema de Museus e define penalidades diversas.

Um dos principais momentos para o setor museológico foi a criação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), autarquia federal, com autonomia administrativa e financeira, vinculada ao MinC, através da Lei nº 11906, de 20 de janeiro de 2009. O IBRAM tem entre seus objetivos, promover e garantir a implementação de políticas públicas para o setor museológico, visando contribuir para a organização, gestão e desenvolvimento dos museus e seus acervos; incentivar programas e ações que viabilizem a preservação, e a sustentabilidade do patrimônio museológico brasileiro; contribuir para a divulgação, em âmbito nacional e internacional, dos acervos museológicos brasileiros; promover a permanente qualificação dos recursos humanos do setor; e garantir os direitos das comunidades organizadas de participar dos processos de identificação e definição do patrimônio a ser musealizado. Vinte e quatro museus integram o IBRAM, além de quatro outras unidades, decorrentes de convênios cujos direitos, deveres e obrigações pertenciam ao IPHAN.

Formas de Financiamento do Setor

Atualmente as principais formas de financiamento do setor museológico são a utilização da Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313/91), conhecida como Lei Rouanet, e os editais públicos e privados.

A Lei nº 8.313/91, regulamentada pelo Decreto nº 1494/95, instituiu o Programa Nacional de Incentivo à Cultura (PRONAC), que contempla três mecanismos: o Mecenato, o Fundo Nacional de Cultura (FNC), e o Fundo de Investimento Cultural e Artístico, o (FICART). O Mecenato concede vantagens fiscais sob forma de doação ou patrocínio. O FNC destina recursos a projetos culturais previamente aprovados pelo MinC, através de empréstimos reembolsáveis ou principalmente, cessão a fundo perdido. E o FICART, um fundo de investimentos culturais e artísticos, regulamentado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), mas não utilizado pelo mercado financeiro. Ao longo dos anos, o mecanismo de incentivo foi alterado várias vezes por meio de medidas provisórias e decretos (OLIVIERI, 2004).

Os projetos culturais candidatos aos benefícios fiscais através do Mecenato devem pertencer a áreas determinadas, como patrimônio cultural e museus, entre outras. O FNC foi criado para viabilizar produções culturais, de acordo com os objetivos do PRONAC, tais como, preservação do patrimônio cultural nacional, a garantia da diversidade cultural e a experimentação. Assim como no Mecenato, existem áreas de produção cultural determinadas – artes plásticas, música, patrimônio cultural e outras.

No início da gestão do governo Luís Inácio Lula da Silva, o ministro Gilberto Gil iniciou um processo de descentralização dos recursos da lei, que já havia atingido um patamar ao redor de 80% no eixo Rio de Janeiro - São Paulo. Após dois anos do governo Lula, o MinC conseguiu ampliar a distribuição de recursos para outras regiões do país. A concentração de recursos no eixo Rio-SP caiu de 72% para 66%, entre 2002 e 2004, porém sem acarretar perda para a região Sudeste, que também obteve recorde de captação.

As verbas para os museus também acompanharam esse movimento. Os investimentos em museus, através do Mecenato, tiveram um incremento significativo e progressivo dos ‘recursos captados’, principalmente nos anos de 2003 e 2004.

Em 2005, o investimento do MinC na área museal bateu novo recorde. Significando que os recursos destinados aos museus sofreram um aumento bastante expressivo, comparativamente aos períodos anteriores. Destacamos os investimentos efetuados nas unidades especiais do IPHAN, incluindo os custos com manutenção. Segundo o então Diretor do Departamento de Museus e Centros Culturais DEMU - IPHAN

“Essas informações são importantes porque demonstram o resultado dos trabalhos desenvolvidos pelo Departamento de Museus e Centros Culturais junto aos Ministérios da Cultura e do Planejamento, com a finalidade de ampliar, cada vez mais, os investimentos nos museus do Iphan. O ano de 2005, sobretudo, reflete essa trajetória de investimentos, quando se percebe o aumento dos recursos para a maioria das unidades especiais e um aumento global de mais de 50% no orçamento total”. (Nascimento Júnior, 2005)

Ele ressalta ainda, que o Programa Museu, Memória e Cidadania estava entre os programas do MinC com melhor execução orçamentária, o que acabava contribuindo para que o Ministério do Planejamento priorizasse os projetos dos museus. Através desse Programa foi lançado em agosto de 2004, o edital Modernização de Museus, com o objetivo de apoiar projetos de museus não vinculados ao MinC e democratizar o

acesso aos recursos do Programa. Esse foi o primeiro edital específico³ para o setor museológico na história do MinC e do IPHAN.

Editais

Um dos eixos da Política Nacional de Museus objetiva a criação de políticas de fomento e a formação de parcerias entre as esferas do poder público e a iniciativa privada, visando a valorização e a sustentabilidade do patrimônio cultural. Nessa direção procurou-se o incremento dos recursos financeiros aos projetos dos museus, a partir do lançamento de editais específicos, da articulação com empresas estatais e da ampliação das verbas orçamentárias disponíveis junto ao Congresso Nacional.

A opção pela seleção de projetos por meio de editais amplamente divulgados vinculou-se à decisão política de tornar mais democrático o processo de distribuição de recursos públicos destinados ao financiamento de museus e de proporcionar uma melhor distribuição dos investimentos pelas diversas regiões do país.

Foram vários os editais lançados a partir de 2004, houve o lançamento de editais de bancos e empresas públicas com os apoios do DEMU/IPHAN e MinC. Em agosto de 2004 a Caixa Econômica Federal divulga o seu ‘Programa Caixa de Adoção de Entidades Culturais’, visando à preservação e promoção do patrimônio cultural brasileiro. Em outubro do mesmo ano foi realizado convênio entre o MinC e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para o ‘Programa de Apoio a Projetos de Preservação de Acervos’. O DEMU prestou apoio técnico na elaboração do edital, na seleção e na execução dos projetos, nas seguintes categorias: gerenciamento ambiental, reserva técnica, mobiliário e segurança. Dando continuidade à política adotada, em 11 de novembro de 2004 a Petrobrás lança a segunda edição do ‘Programa Petrobrás Cultural’. Este edital surge com importantes inovações para os museus, como a inclusão da preservação e à difusão de acervos de museus. Foi resultante da parceria entre o MinC e a estatal, sendo integrante das ações da Política Nacional de Museus. É importante ressaltar que todos os editais tiveram limitações de valor por projeto apresentado. Outros editais foram lançados durante os dois governos do presidente Lula da Silva, sendo os mais recentes voltados para a criação de museus em cidades com menos de 50 mil habitantes e que não possuam nenhuma instituição museológica.

³ Relatório de gestão 2003-2004. MinC/IPHAN/Demu. Brasília, 2005. p.34

Considerações Finais

Nos dois governos Lula da Silva houve por parte do MinC um reconhecimento da importância do setor museológico e da sua relevância na elaboração de políticas públicas para a cultura.

Desse período se destacam para o setor cultural, com reflexos para os museus: a maior participação orçamentária, o aumento do montante captado via leis de incentivo e do Fundo Nacional de Cultura (FNC) e a descentralização dos recursos, com uma maior democratização dos mesmos. No setor museal: a implantação da ‘Política Nacional de Museus’, o lançamento de editais específicos, que possibilitaram o acesso de museus de menor porte à fontes de recursos até então inexistentes e a capacitação de recursos humanos, através do Programa Nacional de Formação e Capacitação de Recursos Humanos.

Outro ponto a se destacar foi o surgimento de uma legislação específica para o setor que resultou no lançamento do Sistema Brasileiro de Museus (SBM) e principalmente, a criação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). Merecem ser lembrados ainda, a expansão dos cursos de graduação, por todas as regiões do país, e a criação do primeiro curso de pós-graduação em Museologia, no Rio de Janeiro. Através de um conjunto de ações e instrumentos institucionais, foi implantada uma política para o setor museológico nacional que desejamos se configure em uma política de Estado.

Esperamos, no entanto, que a falta de envolvimento e de capacidade das esferas estaduais e municipais não comprometa a adesão das instituições aos projetos e programas, como por exemplo, ao Sistema Brasileiro de Museus, dificultando sua consolidação.

Apesar dos avanços ocorridos, principalmente para os museus, a limitação crônica de recursos financeiros acaba por restringir a implantação de programas e projetos que atendam a demanda do setor cultural, resultando em grande dificuldade para a implantação de uma política cultural efetiva e permanente para o país, qualquer que seja o gestor.

Referência Bibliográfica:

BARBALHO, Alexandre Regime Militar: A Intervenção Planejada na Cultura. In: **Direito, Arte e Cultura**. Francisco Humberto Cunha Fº et al. (orgs.). Fortaleza, SEBRAE/CE, 2008.

CALABRE, Lia. Políticas Culturais no Brasil: balanços e perspectivas. In: **Políticas Culturais no Brasil**. RUBIM, Antônio Albino Canelas e BARBALHO, Alexandre (orgs.). Coleção Cult. Salvador: Edufba, 2007.

_____. Políticas e conselhos: um estudo do Conselho Federal de Cultura: In: **Políticas culturais: diálogo indispensável**. Lia Calabre (org.). v.2. Coleção FCRB Aconteceu; 6. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008. 78p.

FELISMINO, Lia Cordeiro. Patrimônio Cultural e Tombamento. In: **Direito, Arte e Cultura**. Francisco Humberto Cunha Fº et al. (orgs.). Fortaleza, SEBRAE/CE, 2008.

LEGISLAÇÃO. Disponível em <<http://www.museus.gov.br/legislacao.htm>>. Acesso em 15/05/2008.

LOPES, M. M. **O Brasil descobre a pesquisa científica**: os museus e as ciências naturais no século XIX. São Paulo: Hucitec, 1997.

JULIÃO, L. Apontamentos sobre a história do museu. In: **Caderno de Diretrizes Museológicas**. 2. ed. Brasília: Ministério da Cultura/IPHAN/DEMU; Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura/ Superintendência de Museus, 2006.

NASCIMENTO JR., José. *E se Portinari estivesse no governo?* Gazeta Mercantil, São Paulo, 16/09/2005.

OLIVIERI, Cristiane G. **Cultura Neoliberal: leis de incentivo como política pública de cultura**. São Paulo: Escrituras Editora, 2004.

POLÍTICA Nacional de Museus – **Memória e cidadania**. MinC. Disponível em <<http://www.museus.gov.br/publicacoes.htm>>. Acesso em 15/05/2008.

_____. **Relatório de gestão 2003-2004**. MinC/IPHAN/Demu. Brasília, 2005. 72p.

_____. **Programa de Formação e Capacitação em Museologia** – Eixo-3. Mª Célia Teixeira Moura Santos (org.). MinC/IPHAN/Demu. Salvador, 2005. 147p.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais: entre o possível e o impossível. In: **Teorias e Políticas da Cultura**. Gisele Marchiori Nussbaumer (org). Salvador: EDUFBA, 2007.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre (orgs.). **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007.